



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2387

1 Aos dez dias do mês de novembro do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter **ordinário**, às dezoito horas
2 e trinta minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento
3 Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
4 Ambiental: **Márcio Bins Ely**, secretário do Planejamento Municipal e presidindo a reunião; **Silvio Belmonte**,
5 titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação
6 Estadual de Planejamento Metropolitano Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de
7 Habitação; **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**,
8 titular do gabinete do Prefeito; **René de Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Gestão e
9 Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente da Secretaria de Obras e Viação; **Cibeli Silva**
10 **do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da
11 Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura; **Jaime Rodrigues**, primeiro suplente, e Samuel Quintana,
12 segundo suplente do Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais; **José Luiz Domingues**, titular da
13 Ordem dos Advogados do Brasil; **Sérgio Koren**, segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção
14 Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo
15 suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Alan Cristian**
16 **Tabile Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois;
17 **Helena Cristina Borges**, titular da Região de Planejamento Três; **Luiz Filipe Correia de Oliveira**, segundo
18 suplente da Região de Planejamento Quatro; **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Leonite**
19 **Ana Gheno**, titular, e **Heverson da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da**
20 **Silva**, titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**,
21 secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a abertura da sessão. Questionou se havia alguma
22 retificação à última ata e não foram sugeridas alterações. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada por
23 treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**.
24 Conselheiro **Jaime** informou que a solicitação de reparos à parada de ônibus situada em frente à sede da OAB foi
25 atendida pela EPTC. Falou sobre acidente ocorrido consigo na Praça da Alfândega, onde a Prefeitura serrou
26 algumas estruturas de metal, mas deixou protuberâncias junto ao gramado, que causam tropeços pelos
27 pedestres. Falou ainda sobre o Projeto Restinga faz Arte, e convidou a todos para assistirem ao grupo Bumba
28 Meu Boi, que virá do Rio Grande do Norte para a capital. Conselheiro **Heverson** falou sobre a lentidão do
29 processo do Hospital da Restinga, sobretudo em relação aos trabalhos da Procuradoria Geral do Município.
30 Sobre as emendas do PPA, e definições quanto a investimentos para o próximo ano, condenou que o governo
31 tenha perdido a oportunidade de encaminhar demandas e se beneficiar da lei. Falou sobre o papel do Conselho,
32 este que no seu entender deveria apresentar propostas de projetos e demandas prioritárias, mas não se
33 pronunciou. Solicitou ao Secretário que apresentasse ao Conselho as emendas apresentadas ao PPA que
34 tenham relação com planejamento urbano. Conselheiros **Jorge** falou sobre notícias divulgadas em telejornais,
35 dentre elas uma que se referia ao lançamento de pesquisa sobre o infarto, que informava o abandono da
36 respiração boca-a-boca como método de primeiros socorros e incentivo à massagem torácica. Sugeriu que Porto
37 Alegre pudesse ser pioneira nas campanhas. A outra notícia se referia à reserva de cinco por cento das vagas de
38 estacionamento para idosos, que já está valendo em Brasília e Curitiba, e questionou se em Porto Alegre tem
39 intenção de participar. Presidente **Márcio** solicitou que a Vice-presidente Helena assumisse os trabalhos da
40 mesa, tendo em vista que precisaria e ausentar para se dedicar aos trabalhos da SPM de revisão do Plano
41 Diretor, que estavam em andamento no Gabinete. Conselheira **Helena** assumiu a presidência. Conselheiro
42 **Eduíno** disse que integra a coordenação da ONG *Solidariedade*, e que em razão da falta de incentivo da
43 Prefeitura, a ONG está engajada na luta pela geração de renda através de resíduos da construção civil. Informou
44 da Tribuna Popular que aconteceria para tratar do assunto e convidou a todos para participar. Contudo,
45 questionou sobre a atual destinação dos resíduos e falou do apoio da ONG a projeto de lei para regular
46 destinação dos resíduos da construção civil, de relatoria do Beto Moesch. Disse, contudo, que haverá
47 encaminhamento de emenda para alterar o artigo quarto do referido projeto, tendo em vista que este diz que os
48 resíduos classe A terão destinação prioritária ao aumento de cotas, o que opina acarretar em crime ambiental por
49 aterramento de áreas inadequadas. Disse que a ONG defende que os resíduos devam ser destinados à
50 reciclagem e geração de renda. Conselheira **Leonite** informou e condenou a situação do Arroio do Salso, que
51 subiu muito de nível com as últimas chuvas. Questionou o início das obras. Questionou sobre o Parque Agrícola
52 Albion, sobre a possibilidade de aterramento de rua com os próprios resíduos da drenagem do Arroio do Salso.
53 Questionou quem lhe poderia responder. Sobre o Túnel Verde condenou que as lideranças comunitárias não
54 tenham sido avisadas pelo governo sobre a situação real dos trâmites de regularização. Disse que em razão da
55 insatisfação dos moradores com a demora do município em regularizar a área, foi feito todo um trabalho de
56 mobilização da comunidade para, este que poderia ter sido evitado caso houvesse o esclarecimento da situação.
57 Conselheiro **Silvio** comunicou que foi eleito para coordenar o Departamento de Arquitetura da UFRGS, e que por
58 este motivo será obrigado a solicitar ao reitor a indicação de outro representante ao Conselho, em função do
59 excesso de demandas. Conselheiro **Filipe** leu notícia publicada em jornal da capital, onde secretário Clóvis
60 Magalhães, da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico - SMGAE, apontava as



ATA N.º 2387

1 prioridades de investimentos, este que falava da satisfação pelo bom modelo de participação popular e
2 articulação da comunidade com o governo na cidade. Conselheiro disse que esperava que fossem apontadas
3 prioridades mais importantes, como a Habitação e a necessidade de não se aprovar a regularização de moradias
4 em condições precárias, tendo em vista que o Secretário tem articulação direta com o Prefeito. Conselheira
5 **Helena** disse que há muito foi encaminhado à EPTC demanda sobre a falta semáforo e faixa de segurança em
6 região de escola no bairro Sarandi, exatamente na Avenida Assis Brasil, na altura do número sete mil cento e
7 noventa e cinco. Solicitou novamente atenção para o fato, que gera acidentes fatais e perigo no local. Informou
8 que apesar do limite de velocidade, os veículos transitam no local a oitenta ou até cem quilômetros por hora.
9 Solicitou também a instalação de faixa de pedestres e semáfora em outra área de escola do bairro, na Avenida
10 Francisco Silveira Bittencourt, entre as Avenidas Ecoville e Alameda Três de Outubro, onde existe a saída de Vila
11 e trânsito intenso de crianças, ainda com o agravante de que haverá fluxo de carroças pela vinda da Vila Dique
12 para o local. Falou sobre a Vila dos Coqueiros, onde vivem mais de duzentas e quarenta famílias e casas
13 desmoronando, esta no Bairro Passo das Pedras. Falou ainda sobre loteamento irregular que está se constituindo
14 do outro lado da rua, clandestino, onde lotes estão sendo vendidos por oito mil reais. Falou ainda sobre o caos do
15 trânsito na região do centro em razão da Feira do Livro, onde pedestres e motoristas não respeitam a sinalização,
16 opinando que fosse necessária a presença de agentes da EPTC. Falou ainda sobre a região que anteriormente
17 era destinada aos vendedores ambulantes no centro, estes que foram transferidos para o *Camelódromo*. Opinou
18 que a transferência dos mesmos não cumpriu o seu papel de deixar a área livre para livre circulação, uma vez
19 que o local está sendo utilizado como estacionamento pela Guarda Municipal. Condenou essa ação por parte do
20 Município e solicitou providências. Conselheiro **Dino** opinou também sobre o trânsito na Feira do Livro, disse que
21 usa o estacionamento do Cais e verificou a ausência de fiscais da EPTC. Opinou que haja falta de segurança
22 para grandes grupos de pedestres, como escolares que atravessam simultaneamente a Avenida Mauá.
23 Concordeu com o Conselheiro Filipe, sobre a prioridade e importância que deve ser dada ao tema Moradia e
24 Família, mas opinou que esse tipo de trabalho deva ser feito de forma parceira, entre Município e União, tendo
25 em vista que o Município é agente e organizador, mas é responsabilidade da União criar estratégias de
26 erradicação da pobreza. Conselheiro **Jaime** condenou que faltem projetos, pois existe verba federal para ser
27 captada. Disse que faltam políticas habitacionais e articulação do governo. Conselheira **Elisabete** falou sobre
28 êxito que obteve junto à EPTC, quando comunicou precariedade de faixa de segurança na área central, e que em
29 menos de dez dias a faixa para a travessia de pedestres estava revitalizada. Ratificou que fez a solicitação
30 através de telefone disponibilizado a toda a população, onde não se identificou como Conselheira ou agente do
31 governo, mas sim como uma cidadã comum. Conselheiro **Julio** informou que até o momento um mil e duzentas
32 faixas foram revitalizadas, dentre as seis mil faixas existentes. Disse que oitenta por cento destas foram
33 consideradas em boas condições. Conselheiro **Alceu** opinou que faltem projetos habitacionais para a família de
34 baixa renda, afirmando que o programa *Minha Casa, Minha Vida* é voltado para a classe média. **Presidente** deu
35 início à Ordem do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 001.012181.06.4, relator: UFRGS.
36 Interessado: Cervosul – Distribuidora de Medicamentos LTDA; assunto: Resolução – Eliminação de Traçado
37 Viário Projetado; local: prolongamento da Rua Eurico Lara. Conselheiro **Silvio**, relator do processo apresentou o
38 mesmo, relatando o seu histórico, incluindo o fato de ter sido encaminhado para diligência à EPTC, esta que
39 promoveu análise e apresentou outra alternativa ao caso. Conselheiro disse que por entender que não caiba a ele
40 ou ao Conselho opinar sobre a parte técnica envolvida nos processos, tendo em vista que há equipe da Prefeitura
41 responsável para tal, solicitou que o processo fosse encaminhado para diligência à SPM para justamente se
42 manifestar sobre a nova manifestação da EPTC. Solicitou que antes de o processo retornar ao Conselho, possa
43 haver entendimento entre os órgãos do governo. **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número
44 002.273227.00.0, relator: OCDUA. Interessado: Cia de Cimentos do Brasil; assunto: Resolução – Inclusão de
45 Traçado Viário; local: a partir do acesso à Avenida Zaida Jarros. Conselheiro **Alceu**, relator do processo,
46 apresentou o mesmo. Situou o local, relativamente à auto-estrada. Falou sobre as ótimas condições do local.
47 Informou que não há lixo na via, ou barro, tendo em vista que os resíduos da empresa de cimentos que funciona
48 no local são depositados na via, tornando-a quase que uma via asfaltada. Falou que a comunidade envolvida está
49 instalada na área há mais de trinta anos, ocupando-a de forma pacífica. Deu outros detalhes e se manifestou
50 favorável ao cadastramento da rua, justificando que os moradores tem necessidade de contarem ao menos com
51 um endereço reconhecido para receberem correspondência. Conselheira **Elisabete** questionou se existe
52 enchente no local. Relator respondeu que não. Conselheiro **Julio** questionou se há pareceres da SMAM, DEP ou
53 outros no processo. Conselheira **Elisabete** questionou se a comunidade tem condições de ser regularizada algum
54 dia. Disse que em caso de ser área de risco a aprovação desse gravame significa um incentivo ao crescimento de
55 área perigosa, tendo em vista que de alguma maneira o cadastramento de uma via representa o início de um
56 processo de regularização. Conselheira **Rosane** esclareceu que o processo não trata de regularização
57 especificamente, e que a solicitação de cadastramento de arruamento foi encaminhada por empresa de cimentos
58 situada no local. Disse que a equipe técnica aprovou as condições da via, que tem condições mínimas de
59 serviços de urbanização e que teve também o aval da Assessoria Jurídica. Conselheiro **Julio** questionou a
60 largura do arruamento. Conselheira **Rosane** respondeu. Conselheiro **Julio** falou sobre a possibilidade de
61 alagamento do local, quando o rio sobe de nível. Conselheiro **Eduino** disse que se sente inseguro de votar o



ATA N.º 2387

1 processo sem que haja pareceres da SMAM e do DEP. Conselheiro **Alceu** opinou que talvez tal preocupação não
2 seja necessária, tendo em vista que a via se encontra bastante distante do rio. Conselheiro **Eduíno** se sentiu
3 ofendido pela insinuação de que não tenha entendimento sobre a orla do Guaíba. Conselheiro **Heverson** opinou
4 que seja necessário parecer da EPTC. Conselheiro **Julio** disse que nem sempre há a necessidade de
5 manifestação da EPTC em análises de gravame. Conselheiro **Jaime** opinou que a própria Prefeitura possa
6 resolver o caso, fazendo as avaliações necessárias. Opinou ainda que estas não devam apenas considerar o
7 cadastramento em si, mas todo o impacto no entorno e sobre o meio ambiente. Seguiram as discussões. Não
8 havendo outras manifestações, a resolução e justificativa foram lidas, com manifestação favorável do relator. A
9 Resolução foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por quinze votos favoráveis, nenhum voto contrário e
10 seis abstenções. **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número 002.300975.00.0, relator: UFRGS.
11 Interessado: Pio Cervo; assunto: Reconsideração – Reciclagem de Uso com aumento de Porte; local: número
12 oitocentos e nove da Rua Eça de Queiroz. Conselheiro **Rômulo**, relator do processo, estava ausente. Adiado.
13 **Processo Quatro Ponto Quatro**. Expediente número 001.026650.09.5, relator: METROPLAN. Interessado: Saul
14 José Bernardes; assunto: Resolução – Ajuste de Gravame de Equipamento Público; local: Quarteirão formado
15 por: Rua Camaquã, Avenida Otto Niemeyer, Rua Doutor Pereira Neto e prolongamento da Rua Teotônia.
16 Conselheiro **Nadruz**, que solicitou vistas ao processo na última reunião, não estava presente. Adiado. **Processo**
17 **Quatro Ponto Cinco**. Expediente número 002.294764.00.1, relator: DEMHAB. Interessado: VIVO; assunto: ERB
18 – “GREENFIELD”; local: número duzentos e cinquenta da Rua dos Maias. Conselheiro **Fernando**, relator do
19 processo, apresentou o mesmo. Relatou o seu histórico, detalhou o solicitado e informou dos pareceres
20 favoráveis constantes no processo - representativos de diferentes esferas do governo. Posicionou-se favorável ao
21 solicitado. Não havendo manifestações, o parecer foi colocado em votação e o mesmo foi aprovado por vinte e
22 dois votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Seis**. Expediente
23 número 002.274965.00.3, relator: EPTC. Interessado: CLARO; assunto: ERB – “ROOFTOP”; local: números dois
24 mil novecentos e cinquenta e quatro ao dois mil novecentos e sessenta e quatro da Avenida Otto Niemeyer.
25 Conselheiro **Julio**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou a localização exata e os trâmites
26 adequados pelos quais passou até chegar ao Conselho. Disse que tem parecer da CAUAE, comissão
27 responsável pela análise das solicitações de instalações de Estações de Rádio-Base, esta que se posicionou
28 favorável. Conselheiro se posicionou favorável ao solicitado. Conselheiro **Lauro** questionou a distância da
29 implantação em relação à rótula, tendo em vistas que existe área com consultório dentário no entorno.
30 Conselheiro **Alan** questionou a existência de clínicas no entorno. Conselheira **Rosane** esclareceu. Não havendo
31 outras manifestações o parecer favorável foi colocado em votação e o mesmo foi aprovado por vinte e um votos
32 favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. **Processo Quatro Ponto Sete**. Expediente número
33 002.322982.00.3, relator: GP. Interessado: CK Engenharia LTDA; assunto: EVU de Condomínio; local: número
34 seiscentos e seis da Rua Goitacaz. Conselheira **Rosane**, relatora do processo, apresentou o mesmo. Falou sobre
35 a localização, sobre a solicitação se referir à cinco casas, estas previstas em projeto que atende as cotas
36 exigidas. Falou sobre a inserção do mesmo em área de Interesse Cultural. Deu detalhes. Mostrou mapas para
37 que os conselheiros pudessem ter vistas simultaneamente. Não havendo manifestações, Conselheira leu o seu
38 parecer favorável, o mesmo foi colocado em votação e foi aprovado por vinte e um votos favoráveis, nenhum voto
39 contrário e nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Oito**. Expediente numero 002.299550.00.6, relator:
40 SPM. Interessado: SLC Empreendimentos e Agricultura LTDA; assunto: EVU de Edificação; local: número
41 setecentos e cinquenta da Rua Jaime Vignoli. Conselheiro **Breno**, relator do processo, estava ausente à reunião.
42 Adiado. **Processo Quatro Ponto Nove**. Expediente número 002.217509.00.6, relator: SMGAE. Interessado:
43 Bruscato & Bruscato LTDA; assunto: Reconsideração – EVU de Atividade; local: número oitenta e quatro da Rua
44 Doutor Pereira Neto. Conselheiro **René**, relator do processo, apresentou o mesmo. Disse que se referia à
45 reconsideração de indeferimento de Viabilidade. Tendo em vista que no período entre o indeferimento e a
46 solicitação de recurso houve modificação na legislação, solicitou que o processo fosse encaminhado para
47 diligência à SPM, para que fosse esclarecida a situação atual. Adiado. **Presidente** sugeriu que as próximas
48 relatorias dos processos apreciados fossem feitas junto à mesa da presidência, para que fosse possível a
49 utilização dos microfones que não têm fio que alcance todas as mesas dos conselheiros. Às vinte horas e nove
50 minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo
51 Presidente. Eu, **Ana Paula Tomasi**, assino e lavro, juntamente com o Presidente, a presente ata.

52
53
54
55
56
57 _____
58 Ana Paula Tomasi
59 **Secretária Executiva**

52
53
54
55
56
57 _____
58 Márcio Bins Ely
59 Helena Cristina Borges
Presidente